



## CAMARA DOS DEPUTADOS

### PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº DE 2014. (Do Sr. Mendonça Filho)

Propõe que a Comissão de Finanças e Tributação, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, fiscalize a operação de venda, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, de um terreno de nove mil metros quadrados localizado na zona central de Brasília.

Senhor Presidente,

Com base nos arts. 70 e 71 da Constituição Federal, combinados com os arts. 100, § 1º, art. 60, incisos I e II e 61 do Regimento Interno desta Casa, proponho a V. Ex<sup>a</sup> que, ouvido o Plenário desta comissão, se digne a adotar as medidas necessárias para realizar, com o auxílio do Tribunal de Contas da União - TCU, ato de fiscalização e controle acerca da operação de venda, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, de um terreno de nove mil metros quadrados localizado na zona central de Brasília.

### JUSTIFICATIVA

Trata-se de denúncia feita pela revista *Veja* de 19/07/2014, em reportagem intitulada “**O que está por trás disso?**”.

O BNDES, decidiu se desfazer de um valioso terreno de 9.000 (nove mil) metros quadrados no centro de Brasília. Para isso contratou um avaliador para fixar o preço, publicou um edital convocando eventuais interessados e



## CAMARA DOS DEPUTADOS

promoveu a licitação pública. O negócio estaria dentro de todos os parâmetros de correção, se não fossem os “detalhes” do negócio.

Localizado na Zona Central de Brasília, uma das regiões mais valorizadas do país, o terreno está cercado por prédios importantes da burocracia federal e fica a apenas cinco minutos do Palácio do Planalto. O terreno foi avaliado, pelo profissional contratado pelo BNDES, em R\$ 107 milhões. Porém, especialistas no mercado imobiliário brasiliense calculam que a área, do jeito que está, vale **no mínimo R\$ 285 milhões de reais**.

A operação é tão estranha que virou alvo de uma investigação no Tribunal de Contas da União (TCU). Por ordem do ministro Augusto Sherman, a transferência do terreno para o novo dono foi embargada até que sejam esclarecidas as condições do negócio. O próprio ministro alerta para a possibilidade de o negócio representar um **prejuízo de mais de R\$ 230 milhões de reais** aos cofres públicos.

Segundo a reportagem, o laudo encomendado pelo próprio BNDES estipula o valor mínimo de transação em R\$ 107 milhões de reais, mas com uma ressalva: se houvesse necessidade de vender o terreno às pressas, o que não era o caso, o preço poderia ser reduzido para **R\$ 45 milhões de reais**. Pasmem! Foi justamente esse valor que o BNDES adotou como base para a licitação.

Se isso não fosse suficiente para que a negociação se tornasse suspeita, o lote foi arrematado pela AJS Empreendimentos e Participações, cujo dono é Álvaro José da Silveira, membro do Conselho de Administração da Brasil Pharma, conglomerado que reúne algumas das maiores redes de farmácias do país. Uma coincidência, em especial, intriga os auditores do TCU: o engenheiro que assina o laudo encomendado pelo BNDES, Ricardo Caiuby Salles, é irmão



## CAMARA DOS DEPUTADOS

de uma diretora da mesma Brasil Pharma.

*“É brincadeira o BNDES vender esse lote por R\$ 51 milhões de reais. Quem comprou por esse preço ganhou cinco ou seis vezes na mega sena”,* diz Antonio Bartasson, diretor da Câmara de Valores Imobiliários de Brasília, entidade acostumada a fazer avaliação de terrenos na capital. Para o presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis do Distrito Federal, Geraldo Nascimento, a transação evidencia um fenômeno que vem ocorrendo em Brasília: por um lado, órgãos do governo se desfazem de imóveis próprios a preços abaixo dos de mercado, em operações muitas vezes obscuras, por outro o próprio governo gasta milhões comprando ou alugando outros imóveis para abrigar repartições públicas. *“O governo vende alguns imóveis a preço de banana e compra e aluga outros a preço de ouro”.*

Pelas razões expostas, pela extrema gravidade do assunto que envolve o BNDES, consideramos ser dever desta Casa Legislativa que se realize o ato de fiscalização e controle com vistas a analisar detalhadamente a operação de venda do terreno citado, inclusive para identificar se existe algum esquema de vendas de terrenos e imóveis públicos a preços subfaturados.

Sala da Comissão, em de de 2014.

**Deputado Mendonça Filho**  
Líder do Democratas